ATA RELATIVA À AUDIÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 001/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA – SECRETARIA DA FAZENDA - ELABORAÇÃO DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2026

Aos quinze dias do mês de abril de 2025, a Prefeitura Municipal de Indaiatuba, através da Secretaria da Fazenda, em cumprimento ao que estabelece a legislação em vigor, especialmente ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, art. 48, § único, realiza audiência pública eletrônica durante o processo de elaboração da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, através da disponibilização de arquivo, contendo as informações preparadas pela área fazendária. A apresentação ficará disponível para consulta através do link https://www.indaiatuba.sp.gov.br/fazenda/orcamento/, conforme divulgação no *site* da Prefeitura e na Imprensa Oficial. Também foi disponibilizado o e-mail: fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br, como canal de interação com os munícipes para esclarecimento de dúvidas ou para a oferta de contribuições, visando assegurar a transparência e colaborando com a ampliação da participação popular no sentido de esclarecer a sociedade sobre a elaboração da LDO 2026 e aproveitar as sugestões para o aperfeiçoamento constante dos programas de governo possibilitando a construção de um planejamento voltado ao desenvolvimento social e econômico sustentável do município, proporcionando maior efetividade à gestão pública, em mais esta oportunidade. Além disso, com o fito de identificar quanto às áreas consideradas prioritárias e obter subsídios adicionais para aprimoramento do projeto em tela, foi disponibilizada a partir do dia 17 de março p.p, neste mesmo link: https://www.indaiatuba.sp.gov.br/fazenda/orcamento/, a ferramenta "Planejamento Interativo", viabilizando a participação popular no processo de planejamento orçamentário de forma eletrônica, através da seleção de prioridades e oferta de sugestões. Especialmente neste ano de 2025 em que a Administração deve elaborar o PPA - Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029, o prazo para utilização desta ferramenta será até 31/05/2025, permitindo, assim, o aproveitamento da referida consulta pública em todas as peças de planejamento a serem elaboradas neste exercício. As sugestões ofertadas pelos munícipes através da ferramenta "Planejamento Interativo" serão encaminhadas às áreas técnicas para a tramitação necessária e posterior disponibilização no Portal da Transparência. A Secretária Adjunta da Fazenda, Paula Fernanda Sciamarelli, inicia a audiência discorrendo sobre o processo de planejamento orçamentário e sua exigência legal em todas as esferas de governo. Enfatiza que é necessário planejar a utilização dos recursos públicos para poder oferecer à população os serviços por ela demandados e também almejando proporcionar uma melhor qualidade de vida. Esclarece que é importante conhecer as despesas do governo, aquelas que são contínuas e relacionadas a manutenção da máquina administrativa e também os compromissos já assumidos para a continuidade na prestação dos serviços públicos, para então determinar se sobra algum espaço, dentro da realidade arrecadatória do município, para a realização de novos investimentos e/ou aperfeiçoamento e evolução dos serviços e da gestão pública. Informa que em todo o primeiro ano de gestão o governante eleito pela maioria da população, deve elaborar o Plano Plurianual, com base na no seu plano de governo, que vai vigorar a partir de seu segundo ano de mandato até o primeiro ano da gestão seguinte. Explica que o Plano Plurianual atual, com vigência de 2022 a 2025, invade o primeiro ano de mandato da gestão seguinte justamente para que os serviços públicos não sofram solução de continuidade, para que quando o governante assuma, ele já tenha um planejamento programado para ser executado e que possa dedicar o início do mandato para elaborar o Plano Plurianual da sua gestão. Continua a apresentação enfatizando que o ano de 2025 é um ano muito importante para os prefeitos nos municípios porque eles vão elaborar o Plano Plurianual que nada mais é do que o plano de governo que vai ser trazido pra linguagem orçamentária para que as suas metas, as suas promessas possam ser realizadas e também programe a continuidade dos serviços públicos nos próximos 04 (quatro)

anos, sendo tratado como um plano de médio prazo e que deve ser encaminhado ao Poder Legislativo é até o final do mês de agosto. Explica que a partir do PPA, anualmente é elaborada uma LDO e uma LOA, que é o famoso orçamento e a peça de planejamento mais prática e mais próxima da nossa vida cotidiana, de forma que, enquanto o plano plurianual vai tratar dos 04 (quatro) anos da administração refletindo o plano de governo do prefeito eleito, a LDO vem anualmente com dois objetivos, sendo o primeiro selecionar dentre tudo o que foi planejado para o período de 04 (quatro) anos, o que será realizado em cada um dos quatro exercícios: em 2026, em 2027, em 2028 e, em 2029, em termos de prioridades, segregando todo esse planejamento de 04 (quatro) anos de forma anual; e, além de dizer o que vai ser feito em cada um dos exercícios a LDO, cabe a ela, como segundo objetivo, fornecer as diretrizes em relação ao cenário econômico para a elaboração do orçamento, viabilizando as projeções em termos de receitas e despesas para o próximo exercício, para que se conheça a realidade arrecadatória e para que as metas e programações selecionadas do PPA possam se concretizar realmente, ou seja, para que o que foi definido como prioridade, anualmente, de fato aconteça. Esclarece que por ser este ano de 2025 o primeiro ano de mandato do prefeito, há uma dificuldade a ser enfrentada causada pelos prazos de encaminhamento das peças de planejamento, pois a LDO tem prazo para encaminhamento para o Poder Legislativo é até o dia 30 de abril, sendo que ela deve selecionar as metas e prioridades do PPA a serem executadas no próximo exercício, porém o PPA será remetido para o Poder Legislativo até o final de agosto, ou seja: é necessário fazer a LDO a partir de um PPA que não está pronto, de forma que existe um descompasso na legislação que acontece somente apenas no primeiro ano do mandato, porque o PPA para os próximos exercícios (2026-2029) está em elaboração, não sendo possível selecionar as prioridades anuais. Diante desta anomalia, a Secretária Adjunta da Fazenda explica que, na elaboração da LDO de 2026, será realizada apenas a definição de metas fiscais e análise do cenário econômico, enquanto que a seleção das prioridades do PPA que devem constar na LDO e no orçamento de 2026, em termos programáticos e de ações, será remetida para o Poder Legislativo, sob a forma de anexos, juntamente com o projeto de lei do plurianual, no mês de agosto, considerando que o PPA ainda está em fase de elaboração. Na sequência, contextualizou as peças de planejamento (PPA, LDO e LOA) e suas periodicidades, esclarecendo que o projeto da LDO é remetido ao Poder Legislativo em abril, compreendendo as metas fiscais e as diretrizes para elaboração do orçamento que se pretende executar no próximo exercício e que o orçamento é remetido ao Poder Legislativo em outubro, quando então são valorizados os programas e ações. Relata que o projeto da LDO é um elo de ligação entre o plano plurianual e o orçamento, que dispõe sobre diretrizes gerais, estrutura e organização do orçamento, as prioridades e metas fiscais de receita e despesa, resultado primário e nominal, dívida pública, mecanismo de equilíbrio entre receitas e despesas, alterações na legislação tributária, despesas com pessoal e encargos, limitação de empenho, reserva de contingência, riscos fiscais, avaliação de resultados dos programas, condições e exigências para transferência de recursos a outras entidades, critério para início de novos projetos e incentivo a participação popular. Explica que o objetivo da LDO é dispor sobre metas fiscais de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, analisando o cenário econômico para prever metas factíveis e consequentemente realizar as despesas planejadas para concretizar tudo o que foi proposto, sendo o orçamento público o instrumento utilizado pelos governos tanto federal estadual e municipal, no país inteiro para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos impostos taxas contribuições e outras receitas da população, sendo esse planejamento essencial para oferecer os serviços públicos adequados além de especificar gastos e investimentos que são que vão ser priorizados pelos poderes anualmente. Relata que no momento da avaliação do cenário econômico são observados eventos que foram ou são capazes de mudar a economia, como ocorreu por exemplo com a Pandemia do COVID19 e a Guerra entre a Ucrânia e Rússia, atualmente o tarifaço do presidente Donald Trump dos Estados Unidos, porque é o cenário econômico que dá o tom de tudo o que está acontecendo no mundo, no nosso país, no

nosso Estado e no nosso município, de forma que é preciso ampliar essa visão entender o que acontece no mundo e para onde vamos caminhar de acordo com as tendências, porque nesse mundo globalizado, uma ação realizada nos Estados Unidos pode acabar interferindo no mundo todo, não tem como fecharmos os olhos e imaginar que isso não vai impactar o município porque sempre o cenário econômico produz algum efeito na taxa de juros e se os juros sobem para conter a alta da inflação, significa que os preços estão aumentando não somente para a população mas também para a administração pública que também adquire produtos que ela precisa para o seu dia a dia, para manter os serviços públicos, assim como reflete no reajuste do funcionalismo, da mesma forma que se o dólar sobe, há medicamentos e insumos que também sofrerão reajuste de preços, há financiamentos contratados em dólar, então tudo isso interfere na no contexto da administração pública e não somente em nossa vida pessoal. Apresenta um breve panorama do cenário econômico de 2024 e início de 2025, um período de intensas transformações no cenário econômico global, sendo que novos episódios são aguardados para 2025, pois desde o início da pandemia causada pelo COVID-19 o cenário macroeconômico tem passado por um período de diversas instabilidades globais e o mundo não para de mudar, a cada momento há um episódio, um evento novo, em um mundo cada vez mais imprevisível e dividido. Também avalia o cenário atual, dinâmico, com incertezas fiscais e geopolíticas, de difícil previsibilidade, de acordo com o comportamento da inflação e da taxa de juros. Esclarece que a avaliação do cenário econômico se faz mais importante no momento da elaboração da LDO, uma vez que para definir as metas fiscais de receita e despesa, dívida consolidada e resultado primário e nominal são necessárias análises do PIB, inflação e taxa Selic. Quanto ao processo de planejamento da LDO para 2026, explica que o cenário macroeconômico atual possui muitas incertezas e que os dados do passado não são padrão para previsões devido as grandes variações nos últimos anos e que, portanto, o projeto da LDO está baseado nas informações do momento presente e de acordo com expectativas dos órgãos técnicos nas áreas de economia, pesquisa e estatística, bem como a importância de se propor metas financeiras e físicas factíveis. Ressalta também que é muito mais importante perseguir o equilíbrio entre receitas e despesas, independentemente do valor que se arrecade, isto é: se a meta de arrecadação por algum motivo não puder ser atingida, deve-se buscar ao menos o equilíbrio, ajustando as despesas à realidade arrecadatória. Acrescenta que em relação aos investimentos que serão priorizados e constarão do PPA, em função do desempenho da arrecadação, podem ser reduzidos, inclusive para não comprometer a manutenção de toda a estrutura que já existe. Comenta sobre a grande preocupação com eventos que ameaçam a arrecadação dos municípios, que são sempre os entes mais afetados, aos quais são atribuídas cada vez mais responsabilidades sem que sejam indicados os recursos necessários para a sua implementação; e, ainda, com alterações no critério de distribuição/rateio, aumentando o recurso para alguns municípios as custas da diminuição de outros, citando como exemplos a Reforma Tributária e o Salário Educação, inclusive com artigos e quadros comparativos das perdas. Comenta sobre as variáveis econômicas, sobre a situação delas no final de 2024 e as projeções constantes no Boletim Focus para o futuro, ilustrando a apresentação com gráficos e dizendo serem essas informações que foram utilizadas na confecção dos demonstrativos fiscais. Em seguida, demonstra individualmente os indicadores econômicos mais importantes para o contexto da LDO, iniciando pelo PIB Brasileiro que em 2024 apresentou um crescimento maior do que o esperado de 3,4% comparado com exercício anterior, mencionando quanto ao mercado de trabalho aquecido, com baixo nível de desemprego, o acordo do livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, mas ao mesmo tempo destaca o crescimento da desconfiança na política fiscal e no controle da dívida pública por parte do governo, considerando as que as medidas de contenção de gastos não animaram o mercado, a máxima histórica verificada para a cotação do dólar, o aumento do consumo e com isso a inflação acima da meta, alta nos preços dos alimentos que todo mundo sente e a SELIC encerrando o exercício com dois dígitos, razão pela qual é esperada uma desaceleração da economia em 2025 no cenário nacional e

paulista. Em relação ao cenário internacional, embora os outros países também apresentem certas dificuldades e desafios a serem superados, temos as duas grandes potências: Estados Unidos e China com perspectivas de crescimento direcionando a economia mundial, tendência de queda de crescimento na Europa, sendo que a Alemanha também registra uma produção industrial fraca o que, por outro lado, facilita o controle da inflação e a flexibilização monetária, sendo um desafio para o planejamento público se adaptar a estes cenários voláteis, insegurança fiscal e jurídica, tendo que projetar as metas fiscais para a LDO de 2026, sendo que num piscar de olhos tudo pode mudar e considerando que a equipe econômica do governo federal ainda não forneceu elementos para um melhor planejamento das contas a nível nacional, de forma que não temos uma diretriz nacional de país e cada município vai se adequando às suas particularidades observando o cenário econômico e traçando suas estratégias para encaminhar a propositura da LDO e a definição das metas e riscos fiscais baseando-se nas variáveis macroeconômicas e suas projeções futuras tais como elas estão sendo divulgadas nesse momento presente, na visão desse momento, utilizando os critérios técnicos nas áreas de economia, pesquisa e estatística, estando sujeitas, como óbvio, a alterações a qualquer momento diante de tantas incertezas que param no Brasil e no mundo. Ainda sobre o comportamento do PIB, destaca a maior influência das atividades de serviços e da indústria e os fatores que contribuíram para este resultado, como o consumo das famílias em decorrência do mercado de trabalho aquecido e os programas de transferência de renda, chamando a atenção para um crescimento menor no terceiro e no quarto trimestres de 2024 e comentando também sobre o desempenho da agropecuária que apresentou queda impactada pelos eventos climáticos. Demonstra que o resultado posicionou o Brasil como a 10ª maior economia do mundo em 2024 e sobre as expectativas de crescimento do PIB em torno de 2,00% para 2025; 1,60% em 2026; 1,99% em 2027; e, de 2,00% a.a. em 2028. Discorre sobre o PIB Paulista, que apresentou um crescimento idêntico ao nacional, de 3,4% em 2024, comentando sobre a matéria da Fundação SEADE quanto aos investimentos anunciados pela indústria automotiva na ampliação e modernização das fábricas no estado de São Paulo principalmente para o desenvolvimento de veículos híbridos e elétricos acompanhando as tendências mundiais de sustentabilidade e inovação. Comenta também sobre o Relatório da Receita Tributária do Estado de São Paulo, elaborado pela Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento, que aponta para um aumento da receita do ICMS acumulada em fevereiro frente ao mesmo período de 2024 tanto em relação ao período dos últimos 12 meses quanto em comparação com o 1º bimestre, o que reflete uma tendência de melhora da arrecadação, de forma que possivelmente nós vamos atingir a meta projetada no orçamento de 2025 para a receita mais significativa da Prefeitura. Em relação ao câmbio, ilustra que em 2024 vimos o dólar alcançar o seu maior patamar dos últimos tempos, passando pela primeira vez na história a casa dos R$ 6,00 (sies reais) em novembro de 2024 e em decorrência de tudo que está acontecendo neste início de ano, inclusive com a política dos Estados Unidos da tarifação dos outros países, iremos enfrentar essa volatilidade, provavelmente até que essa situação se estabilize e cheguem em algum acordo, sendo que quando o dólar sofre elevação encarece tudo no Brasil pois muitos produtos são importados ou tem insumos importados na cadeia produtiva, gerando uma pressão inflacionária, o que pode, também, prorrogar o ciclo de elevação da taxa SELIC, pesando no consumo das famílias e prejudicando o PIB, porque os juros em patamares bastante altos fazem com que os empresários segurem os investimentos, deixem de renovar infraestrutura e de promover ampliações, de abrir vagas de trabalho, prejudicando, portanto, o potencial de crescimento econômico nos próximos anos. Informa que o Brasil em 2024, conforme dados divulgados pelo IBGE, encerrou o exercício com a menor taxa de desemprego de 6,6% na média desde o início da série histórica em 2012. Informa, ainda, que a inflação oficial do país, medida pelo IPCA, foi de 4,83% em 2024, ultrapassando o teto da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional, sendo que o grupo que mais pesou no bolso dos brasileiros foi o de alimentos e bebidas, levando o Brasil a ocupar a quinta posição dente os países com maior inflação no grupo do G20 e a quarta posição em relação à

análise da América Latina, dos países com maior inflação dos alimentos. Dando continuidade à apresentação, destaca que em fevereiro de 2025 a inflação registrou uma variação de 1,31% em um único mês, sendo o maior IPCA registrado para um mês de fevereiro desde 2003, ou seja, há 22 anos não tínhamos uma inflação dessa no mês de fevereiro, de forma que realmente é preocupante e o gráfico exibe uma tendência de alta e mesmo com a taxa de juros já bastante elevada, não sendo uma situação desejável porque afeta diretamente o bolso das pessoas, porque ela mexe com o poder aquisitivo, não permitindo que sejam adquiridos os mesmos produtos ou serviços pelas mesmas quantias de moeda, e isso reflete também no planejamento público, na administração do orçamento porque os órgãos públicos também são grandes consumidores de bens e serviços. Expõe sobre os efeitos da inflação através de um gráfico que mostra a redução do poder de compra da moeda. Ilustra também sobre o cenário da inflação antes e depois do Plano Real para reforçar a importância desse plano de estabilização econômica para o país. Informa sobre as perspectivas de inflação conforme divulgadas no Boletim Focus: aproximadamente 5,65% para 2025 e, para os exercícios seguintes: 2026 = 4,50%; 2027 = 4,00% e 2028 = 3,78%, complementando a informação com gráficos, enfatizando que o processo de redução da inflação é moroso, que os efeitos da elevação da taxa de juros não são imediatos. Complementa a informação sobre a inflação, dizendo que nos Estados Unidos a inflação também fechou o ano de 2024 acima da meta de 2,00%, registrando o índice de 2,80% e que para 2025 os economistas estão projetando uma inflação de 2,50%, tanto pela gestão do presidente Donald Trump como pela força e resiliência da economia americana, enquanto o continente europeu está passando por melhorias no nível da inflação com uma flexibilização monetária da taxa de juros em curso, muito embora os dados da atividade econômica sigam frágeis. Em relação a taxa SELIC, explica que ela está diretamente relacionada com a meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional, e, para alcançar essa meta inflacionária o Banco Central eleva ou reduz a taxa de juros em função desse movimento da inflação e da economia, sendo que a taxa de juros até passou por um movimento de queda em 2024, mas, quando a inflação começou a subir, a partir do mês de setembro ela teve que ser elevada, encerrando o exercício de 2024 em 12,25% ao ano e, infelizmente, ela voltou aos patamares de 2016, tendo sofrido novas elevações em 2025, estando atualmente em 14,25% ao ano, após a última elevação ocorrida no mês de março e levando o Brasil a ocupar a quarta posição no ranking das nações com maior taxa de juros nominal do mundo de acordo com o relatório da Money You, estando atrás apenas da Turquia, da Argentina e da Rússia. Cita que para 2025 estão sendo esperados novos aumentos e por enquanto a previsão é que ela chegue nos 15% ao ano no final de dezembro desse ano e, caso essa previsão se confirme, será o maior patamar alcançado pelos juros em quase 20 anos, o que pode representar maiores problemas para os anos subsequentes, principalmente por conta das eleições em 2026. Informa que as expectativas de mercado para taxa SELIC nos próximos anos permanecem em dois dígitos sendo: 12,5% a.a. para 2026; 10,5% a.a. para 2027 e 10,00% a.a. para 2028. Expõe que as questões vinculadas à administração: educação, saúde, habitação, segurança, saneamento, cultura, esportes, lazer, infraestrutura, transporte se refletem no âmbito municipal onde estão onde estão os usuários desses serviços e como salientava o governador Franco Montoro em sua pregação municipalista de ser no município, na cidade, o local onde as coisas acontecem, e não no estado e nem na União, porque é o local em que o cidadão reside e é, portanto, onde ocorre a demanda por todos esses serviços e a grande dificuldade, que muitos não imaginam, é que o orçamento municipal não é financeiro, o orçamento é uma previsão de arrecadação, como o próprio nome diz ele é uma peça orçamentária, uma previsão orçamentária, que contém uma estimativa de uma receita, de forma que se tudo correr bem na economia e as projeções forem bem feitas, ela deve ser concretizada financeiramente até o último dia do exercício seguinte a sua previsão. Informa que a receita é estimada de acordo com uma série de critérios técnicos visando a sua efetiva arrecadação mas é impossível para o pessoal que trabalha na área de planejamento ter conhecimento e ainda com antecedência do que vai

acontecer do outro lado do planeta a qualquer momento e interferir nesse cenário, de forma que é possível que não se arrecade o que se planejou por alguma interferência externa, pois apesar de os critérios técnicos utilizados no planejamento da receita pública levarem em consideração as diversas variáveis econômicas, as perspectivas de crescimento séries históricas, a contextualização desses cenários econômicos e políticos, estão sujeitos a interferências, e, por isso, é e imprescindível o acompanhamento do orçamento durante a sua execução, porque a administração não inicia o ano, no dia primeiro de janeiro com o valor do orçamento em caixa, ele vai se concretizando diariamente e a tendência é de que no final do ano a soma de todos os 365 dias de arrecadação do ano coincida ou supere a expectativa de arrecadação que constou da peça orçamentária, ou seja, não há garantias das entradas e ainda é preciso considerar a inadimplência dos contribuintes, contar com os repasses dos governos estadual e federal, então há uma série de componentes que influenciam essa arrecadação do município. Informa que são nestas condições econômicas e fiscais que as diretrizes para o orçamento de 2026 estão sendo elaboradas e que precisarão de um acompanhamento diário não somente da área técnica mas também por parte dos responsáveis pela tomada de decisões a fim de permitir a correção de qualquer desvio, a tempo de evitar o desequilíbrio das contas públicas, exigindo o assunto toda a atenção da administração porque tão importante quando planejar é perceber algum problema e se adaptar à nova realidade, equilibrando as variáveis da equação: receitas e despesas em um cenário volátil e incerto. Explica a importância da verificação e análise dos dados econômicos para a elaboração da LDO, visto que para prestação dos serviços públicos, o município depende da arrecadação cujas previsões podem sofrer interferências econômicas. Reforça explicando que no momento da elaboração da LDO são realizadas estimativas de receitas e despesas de acordo com a situação econômica que ora se apresenta e que é impossível prever situações adversas fazendo-se, por esta razão, necessário o acompanhamento constante do cenário econômico e da execução orçamentária para realizar eventuais adaptações na elaboração do orçamento (LOA). Tendo em vista as incertezas no cenário econômico para a elaboração da LDO 2026, apresenta as principais receitas e as influências econômicas que podem alterar seus comportamentos como o ICMS que depende desempenho das empresas, o IPTU que depende da UFESP, aumento de unidades imobiliárias e da inadimplência, o FPM que depende da taxa de desemprego e indústria automobilística e IPVA que depende do aumento da frota. Explica que o projeto da LDO contém diversos anexos, como o Anexo de Riscos Fiscais, cujo objetivo é demonstrar os possíveis eventos com potencial de afetar o equilíbrio fiscal, descrevendo as providências a serem tomadas, eventos como a frustação da receita, restituições não esperadas, despesas não orçadas ou orçadas a menor e explica que na elaboração do orçamento já há uma previsão da reserva de contingência para amparar esses possíveis eventos. Destaca que o município possui mias de 400 (quatrocentos) itens de receita e cada uma possui uma realidade arrecadatória, uma tendência, um histórico que nem sempre pode ser levado em consideração para projeção futura, então é necessário analisar uma por uma para poder fazer essa projeção, de forma que não é simplesmente corrigir pela inflação todas as receitas, não sendo esta a conduta dos responsáveis pelo planejamento do município, e todo este cuidado na projeção de receita tem possibilitado bons resultados, permitindo ao município atingir ano a ano o valor que foi projetado, e até um pouco mais, e este resultado é fruto de um planejamento feito com o pé no chão, responsável e conservador. Na sequência, explana detalhadamente sobre cada um dos oito demonstrativos que compõem o Anexo de Metas Fiscais: no demonstrativo 1, apresenta as metas de receitas e despesas para o próximo exercício (2026) e também para os dois anos seguintes, além do resultado primário e nominal e a dívida pública consolidada, explicando a razão de propor algumas metas negativas, em função das fórmulas utilizadas, das variáveis consideradas como as informações relativas as operações de crédito e aplicações financeiras que possuem valores expressivos; no demonstrativo 2, apresenta a avaliação das metas programadas e realizadas do exercício anterior (2024), bem como suas representatividades em relação ao PIB do Estado de São

Paulo e em relação à RCL – Receita Corrente Líquida do Município; no demonstrativo 3, apresenta os resultados fiscais obtidos nos exercícios anteriores já encerrados (2023 e 2024), as metas programadas para o exercício corrente (2025) e também as metas projetadas para o período de 2026 a 2028, em valores a preços correntes e constantes; no demonstrativo 4, apresenta a evolução do Patrimônio Líquido desde de 2022 até o último exercício encerrado, destacando o patrimônio do regime previdenciário e a influência das provisões matemáticas nos resultados do RPPS e do município; no demonstrativo 5, apresenta a aplicação dos recursos provenientes da Alienação de Bens, ressaltando a sua importância no quesito relativo a preservação do patrimônio público e quanto a existência de uma conta bancária específica para a movimentação deste recursos, decorrente de uma contabilização orçamentária e a financeira totalmente transparente e rastreável utilizada pela administração municipal; no demonstrativo 6, apresenta a situação financeira do RPPS e a projeção atuarial; informando que os demonstrativos relativos a exercícios encerrados já foram objeto de detalhamento e divulgação, uma vez que compõem os quadros de publicação periódica exigidos pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária e RGF – Relatório de Gestão Fiscal); no demonstrativo 7, apresenta a estimativa e compensação das renúncias de receita praticadas no município, todas elas autorizadas legalmente; e, no demonstrativo 8, apresenta a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Na sequência, comenta sobre o Anexo da Estrutura Orçamentária, que se assemelha à estrutura administrativa do município (Prefeitura e Entidades integrantes do orçamento), sendo codificadas em unidades orçamentárias e, por fim, sobre os Anexos dos Programas Governamentais (V) e de Unidades Executoras e Ações para Desenvolvimento dos Programas (VI), que apresentam a codificação de todos os programas e ações que se interrelacionam às unidades orçamentárias, sendo a tradução das prioridades constantes no plano de governo, para a linguagem orçamentária, que são selecionadas do Plano Plurianual, elaborado a partir de diagnósticos e do planejamento estratégico, ressaltando, por fim, que os referidos anexos serão encaminhados juntamente com o plano plurianual, que está em fase de elaboração por se tratar de primeiro ano de mandato do Chefe do Executivo. Explica ainda que, além das exigências legais, em termos de estrutura (anexos) do projeto da LDO, da análise econômica, dos planos setoriais e do alinhamento ao plano de governo, também são levados em consideração os anseios da população coletados por meio da ferramenta “Planejamento Interativo” assim como em todos os canais alternativos disponibilizados para a participação popular e que todas essas variáveis são analisadas e quantificadas para checar a viabilidade técnica e a possível inclusão no orçamento das sugestões coletadas. Informa que a ferramenta “Planejamento Interativo” foi disponibilizada no site da prefeitura desde 17 de março e que a população pode participar até o dia 31 de maio, considerando ser de fundamental importância principalmente nesse ano de construção do planejamento de Indaiatuba para os próximos 04 (quatro) anos, explicando detalhadamente, passo a passo, como fazer para participar e utilizar a ferramenta para selecionar as prioridades e/ou ofertar novas sugestões, sempre objetivando minimizar ou resolver um problema da cidade ou aperfeiçoar e expandir algo que já funciona bem, sendo a intenção identificar as prioridades e adequá-las a realidade arrecadatória, desde que tecnicamente viáveis, a fim de que possam ser traduzidas para a linguagem orçamentária, possibilitando a sua execução, lembrando que essa ocasião não é limitativa, que o prazo do formulário decorre do prazo legal para a elaboração e a remessa das peças de planejamento para o Poder Legislativo, mas que há outros canais de comunicação, e que o município também possui os planos municipais setoriais que oferecem as diretrizes de crescimento e condução das políticas públicas nas diversas áreas: educação, saúde, assistência social, saneamento, mobilidade urbana, plano diretor. Encerra a Audiência referente a elaboração da LDO 2026, reforçando quanto a disponibilização do e-mail fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br para dúvidas e sugestões. O vídeo da audiência da Lei Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 tem duração de 2 (duas) horas e foi

disponibilizado na data e horário convencionados. Registro que não houve o encaminhamento de dúvidas ou sugestões em relação a apresentação da audiência para o e-mail disponibilizado para tal finalidade. Eu, Paula Fernanda Sciamarelli, Secretária Adjunta da Fazenda, lavrei e assinei a presente ata. Indaiatuba, em 06 de maio de 2025.

PAULA FERNANDA SCIAMARELLI:15044724890

Assinado digitalmente por PAULA FERNANDA SCIAMARELLI:15044724890
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=58379843000120, OU=presencial, CN=PAULA FERNANDA SCIAMARELLI:15044724890
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.05.06 14:42:16-03'00'
Foxit PDF Reader Enterprise Versão: 2023.3.0